

**NOVO CICLO NEOLIBERAL NO BRASIL: DESMONTANDO AS
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA CAMPONESA**

**NEW NEOLIBERAL CYCLE IN BRAZIL: DISASSEMBLY OF
PUBLIC POLICIES FOR A CAMPONESE AGRICULTURE**

**NUEVO CICLO NEOLIBERAL EN BRASIL: DESMONTANDO
LAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA LA AGRICULTURA
CAMPESINA**

Adriano Makux de Paula
adriano_makux@hotmail.com

Jorge Ramón Montenegro Gómez
jorgemon00@hotmail.com

Caroline Aparecida Marchioro Tracz
marchioro.caroline@gmail.com

RESUMO: O presente artigo tem o objetivo de discutir o panorama atual do Estado brasileiro e os reflexos nas três principais políticas para a agricultura camponesa: O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). A análise, parte dos resultados obtidos durante pesquisa do mestrado, defendida no ano de 2015 e das atuais mudanças no cenário político e econômico acontecidas no ano de 2016. Para tanto, foram realizadas pesquisas bibliográficas, entrevistas, pesquisa de campo e análise documental, além de pesquisas em fontes como jornais e revistas. Nota-se que as políticas que já estavam precarizadas e permeadas de contradições durante o primeiro governo da presidenta Dilma Rousseff, se intensificaram no início do segundo e agora, estão sofrendo grandes ameaças em razão dos cortes no orçamento e da extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A tese defendida pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) que vivíamos um ciclo neodesenvolvimentista, não se consolidou totalmente. Hoje, está claro que com o golpe institucionalizado houve uma grande escalada dos pensamentos neoliberais com cortes em direitos e programas sociais, anúncios de privatizações e redução dos programas para a agricultura camponesa. Um retrocesso perigoso das conquistas sociais garantidas nesses últimos treze anos, que impacta diretamente o campo.

PALAVRA-CHAVE: Crise. Camponeses. Ciclo neoliberal. Desenvolvimentismo. Políticas Agrárias.

ABSTRACT: This article has the objective to discuss the current situation of the Brazilian state and its impact on the three main policies for peasant agriculture: The National School Food Programme (PNAE), the Food Acquisition Program (PAA) and program for Strengthening Family Agriculture (PRONAF). The analysis of the results obtained during the research master defended in 2015 and current changes in the political and economic situation the country is going in this year of 2016. However, there were library research, interviews, field research and documentary analysis, as well research from sources such as newspapers and magazines. Is noticed that the policies that were already increasingly precarious and full of contradictions during the first government of President Dilma Rousseff, intensified early in the second and are now suffering big threats because of budget cuts and the extinction of the Ministry of Agrarian Development (MDA). The thesis defended by the Party governments of Workers (PT) that was seen a neodesenvolvimentista cycle not fully

consolidated. Now clear that there has been a major escalation of neoliberal thoughts with cuts in social programs and privatizations ads. A dangerous return to social achievements guaranteed in the last thirteen years, which also directly impacts the field.

KEYWORDS: Crisis. Neo-liberal cycle. Developmentalism. Agrarian Policies. Peasants.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo discutir la situación actual por la que pasa el estado brasileño y su impacto en las tres principales políticas para la agricultura campesina: el Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE), el Programa de Adquisición de Alimentos (PAA) y el Programa el Fortalecimiento de la Agricultura Familiar (PRONAF). El análisis se fundamenta en los resultados obtenidos durante la investigación de la maestría en 2015, concluida en 2016, y en el análisis de los cambios en la situación política y económica que acontecieron en 2016. Con este fin, se realizaron lecturas sistemáticas sobre el tema, entrevistas, investigación de campo y documental, así como el análisis de fuentes tales como periódicos y revistas. Destacamos que las políticas que ya estaban en situación precaria y llenas de contradicciones durante el primer gobierno de la presidenta Dilma Rousseff, empeoraron en el comienzo del segundo y están sufriendo las principales amenazas a causa de los recortes presupuestarios y la supresión del Ministerio de Desarrollo Agrario (MDA). El argumento presentado por los gobiernos del Partido de los Trabajadores (PT) de que se vivía un ciclo neodesarrollista, no se consolidó plenamente. Ahora está claro que con el golpe institucionalizado hubo una gran escalada de pensamiento neoliberal con recortes en los derechos y programas sociales, anuncios de privatizaciones y reducción drástica de los programas que apoyaban la agricultura campesina. Un peligroso retroceso a los logros sociales garantizados en los últimos trece años, lo que también afecta directamente el campo.

PALABRAS CLAVE: Campesinos. Ciclo neoliberal. Crisis. Desarrollismo. Políticas Agrarias.

INTRODUÇÃO

Várias políticas públicas foram desenvolvidas nesses últimos anos com o objetivo de fortalecer a agricultura camponesa como: o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF ganhou recursos e foi modificado, o Programa Nacional de Alimentação Escolar -PNAE se tornou política pública e o Programa de Aquisição de Alimentos PAA foi inserido dentro das políticas de combate à pobreza. Oficialmente, todas essas transformações foram desenhadas para garantir a sobrevivência no campo. Porém, na prática, verificou-se que nenhuma garantiu com efetividade o que prometia e em algumas situações aceleraram processos de expropriação. Cabe esclarecer aos leitores que se utiliza o conceito de camponês ao invés de agricultura familiar por: considerar que esse representa melhor a identidade dos sujeitos da pesquisa, que o conceito de agricultor familiar foi criado para definir um público determinado para uma política pública que não abarca a diversidade dos povos que vivem no campo, além de estar ligado a uma base ideológica que diferencia da que se defende neste artigo.

Para realizar a análise dessas ações do Estado será discutido um estudo de caso desenvolvido no município de Pitanga-PR, no qual se verificou como as políticas públicas estão inseridas na agricultura camponesa e de que forma elas estão interferindo no processo de expropriação no campo. Também será feita uma atualização de como estão estas políticas no governo de Michel Temer frente às mudanças que ocorreram no cenário

político do país. Metodologicamente, buscou-se envolver técnicas qualitativas que se caracterizam pela íntima relação entre projeto, técnicas, análise e construção teórica (ORTEZ E SCRIBANO, 2007). Dessa forma, o estudo se dividiu nas seguintes etapas: primeiramente fez-se um levantamento teórico sobre o assunto pesquisado, a fim de verificar o estado da arte do tema a ser tratado; em seguida, buscou-se fazer uma caracterização da área estudada por meio de dados fornecidos por agências como o (IBGE) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Já na terceira etapa realizaram-se trabalhos de campo constituído de entrevistas com agricultores camponeses que acessaram e não acessaram essas políticas, e posteriormente na quarta etapa, foram realizadas as sistematizações dos dados para elaboração deste texto.

O artigo tem uma proposta de uma análise transescalar, relacionando os processos que ocorreram em escala nacional, estadual (Paraná) e municipal (Pitanga-PR). Dessa forma, o texto está dividido da seguinte maneira: em um primeiro momento discute-se o que se entende por expropriação camponesa e políticas públicas; na segunda parte será tratado especificamente da criação do PRONAF, PAA e PNAE e as principais orientações dos governos que os executaram; na terceira tratar-se-á dos avanços, das contradições e dos processos expropriatórios que estão se materializando em Pitanga/PR e a quarta parte apresenta uma discussão sobre o futuro dessas políticas e como o retorno do neoliberalismo está colocando-as em risco.

A BREVE FASE DE “NEODESENVOLVIMENTO” NO BRASIL E AS DISPUTAS DENTRO DE UM NOVO CONTEXTO DE PODER: AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS CAMPONESES.

Com a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao comando do governo federal, o Estado se tornou um verdadeiro espaço de disputa pelo poder. De um lado os movimentos sociais, ONGs e sindicatos lutando por políticas públicas de redistribuição de renda (valorização do salário mínimo, reforma agrária e políticas de cunho social como Bolsa Família, PAA e PNAE) e também de reconhecimento (Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais). De outro, os capitalistas (empresas, bancos e agronegócio) pressionando por uma política macroeconômica que lhes favorecessem e que não abalasse as suas estruturas (como a não realização da reforma agrária e a contínua política do superávit primário para

pagamento da dívida pública). Wallerstein (2016, p.117) relata essas contradições dos governos do PT:

Por otra parte, las políticas macroeconómicas permanecieron bastante ortodoxas desde el punto de vista del énfasis neoliberal en las orientaciones de mercado de las políticas gubernamentales. Y las múltiples promesas del PT relativas a la prevención de la destrucción ambiental nunca se implementaron seriamente. El PT tampoco llevó a cabo sus promesas de una reforma agraria. En resumen, su desempeño como movimiento de izquierda fue una bolsa mezclada.

Diante desse contexto e para acalmar os setores mais radicais do partido, o governo lança como grande propaganda promover o desenvolvimento baseado no crescimento econômico, aliado à distribuição de renda, o fim da fome e da miséria, a promoção de uma classe média e a diminuição do desemprego. Assim:

O Novo Desenvolvimentismo teria como base o desenvolvimento econômico com o desenvolvimento social, via a inclusão de uma massa que até então estava “fora” do mercado. Programas como o Bolsa Família, o crescimento do emprego, do valor do salário mínimo e do acesso ao crédito, teria permitido uma redução da pobreza – a pobreza extrema, já que, como afirma Mercadante (2010), o social passou a ser um importante eixo do desenvolvimentismo. Outra característica importante é o retorno do investimento do Estado para dinamizar a economia, e para tanto, os bancos públicos passaram a ter papel central, em especial o BNDES (ALVES e THOMAZ JUNIOR, 2013, p.3).

Mas a volta do Estado nos investimentos em infraestrutura e dinamização da economia só ocorreu no segundo mandato do governo Lula (2006 a 2010). No primeiro, foram mantidas as políticas neoliberais de forma mais clara. A política que marcou o primeiro governo Lula (e também o seu discurso dentro e fora do país) foi o “Fome Zero”, criado no ano de 2003. Esta era uma política para a segurança alimentar e combate à fome. O Instituto Cidadania, juntamente com outras entidades populares, organizou estudos que apontaram para um número de 44 milhões de pessoas que sobreviviam com menos de um dólar por dia (valor que é adotado pelo Banco Mundial para definir a linha da pobreza). Essa população foi considerada o público alvo que receberia o apoio do governo por meio do “Fome Zero”.

Essa política possuía quatro programas “estruturais” e mais cinco pontos chamados de “específicos”. Os programas estruturais eram: 1) Reforma Agrária; 2) Fortalecimento da Agricultura Familiar; 3) Projeto Emergencial de Convivência com o Semiárido; 4) Programa de Superação do Analfabetismo; 5) Programa de Geração de Emprego.

O “Fome Zero” foi o primeiro grande projeto que visava a distribuição de renda e de alimentos, atingindo desde a população pobre que recebia os alimentos e uma remuneração mensal por meio do programa “Bolsa Família”, até os camponeses que passaram a fornecer alimentos para que o governo redistribuísse para o público alvo. As ações contra a miséria foram expandidas no mandato de Dilma, com a criação do “Brasil Sem Miséria” e “Brasil Carinhoso”, nos quais o “Bolsa Família” está integrado e gera uma renda entre R\$ 32 a R\$ 306,00 a cada família beneficiada.

A criação desse programa foi o que motivou a inclusão do PAA, que visava adquirir a produção diretamente dos agricultores camponeses para ser distribuída para as entidades e famílias cadastradas no programa. Este também se tornou um instrumento de garantia de preços para parte da produção camponesa. (BITTENCOURT, 2010).

Além do PAA, outra política importante foi a criação do PNAE¹. Esta deveria garantir que pelo menos 30% da merenda escolar fosse adquirida diretamente da agricultura camponesa. Esta política garantiu a abertura de mais um mercado institucional importante para atender à demanda dos camponeses, mas ainda possui alguns limites que impedem que ela chegue a uma quantidade maior de agricultores, como, por exemplo, a elevada burocracia, falta de cumprimento do mínimo de compra de alimentos da agricultura camponesa pelas prefeituras e estados, além de demora nos pagamentos.

O PRONAF, na era Lula e Dilma, sofreu poucas alterações e pode-se dizer que nenhuma delas trouxe grandes benefícios para agricultura camponesa. A primeira mudança foi o aumento dos recursos disponíveis para os contratos de custeio e investimento que passaram a ser concentrados nos contratos dos grupos mais capitalizados, como mostra Delgado et al. (2011, p.3) “[...] cerca de 40% dos valores emprestados encontram-se em contratos cujos valores superam R\$ 300 mil, [...]”. É notável o movimento de concentração ocorrido a partir de 2005 [...]”. Esse fato é prejudicial para os camponeses menos capitalizados que não estão conseguindo acessar o PRONAF pela grande burocracia imposta e pela diminuição dos recursos disponíveis. Outra questão importante é que os contratos mais capitalizados tendem a se inserir na lógica da produção monoculturas, incentivada pelo agronegócio, diminuindo a oferta de alimentos básicos no mercado e aumentando o número de camponeses endividados.

A segunda alteração foi a criação de grupos específicos como PRONAF “mulher”, “jovem”, “agroecológico”. Apesar de inserirem grupos historicamente excluídos, na

¹ Criada em 2009 pela Lei nº11.947, de 16 de julho.

realidade, tiveram pouca efetividade. O PRONAF “Jovem” é um exemplo de uma linha feita para ter pouco acesso, pois só podem acessar aqueles que estão matriculados em alguma escola técnica, as quais são escassas.

A situação fica mais complicada no caso dos jovens, pois são os mais atingidos pela lógica expropriadora do capital agrário, que os pressiona para que tomem a decisão de partir para as cidades para vender a sua força de trabalho ou estudar em busca de um futuro longe do campo. Delgado (2012) resume bem as alterações ocorridas nas políticas públicas para os camponeses a partir da criação do Plano Safra da agricultura familiar:

Um de seus resultados fundamentais foi estimular, a partir do ano agrícola 2003/2004, o considerável aumento dos recursos financeiros à disposição da agricultura familiar através do PRONAF e da possibilidade de acesso simultâneo a outros programas de financiamento. No contexto do Plano Safra, o governo procurou consolidar também o processo de adaptação do PRONAF a novas demandas oriundas do reconhecimento da diversidade existente na agricultura familiar brasileira, por meio da criação de novas linhas de financiamento ou do fortalecimento das já existentes: PRONAFs jovem, mulher, agroindústria, floresta, agroecologia, ECO, semi-árido, pesca etc. E incentivou o aumento dos tetos e dos limites de enquadramento e a redução de juros e simplificação de garantias para financiamento a diferentes grupos de agricultores familiares, classificados inicialmente em Grupos A, A/C, B, C, D e E (segundo seus níveis de renda e outros critérios), além da inclusão de outros públicos rurais não propriamente d agricultores, como pescadores artesanais, extrativistas, quilombolas etc. (DELGADO, 2012, p.16)

Ter um plano específico foi um ganho para esses sujeitos no sentido de se inserirem nos objetivos do Estado, ganhando visibilidade. Porém, as contradições que se materializam quando essas políticas como o PRONAF chegam a eles, fazendo com que não tragam mudanças que realmente os fortaleçam, como será mostrado mais adiante, tem deixado os agricultores mais vulneráveis às oscilações do mercado, subordinados às grandes empresas capitalistas, endividados e excluindo ainda mais os camponeses pobres da política pelas burocracias que lhes são impostas.

Além desse fato, as políticas sociais que têm por objetivo a eliminação da pobreza, consideradas compensatórias pelos danos causados pelo capitalismo expropriador, não demonstraram uma mudança qualitativa na vida dos sujeitos que são alvos destas, apesar de contribuir para a resistência de muitos no campo. Uma entrevista realizada com uma camponesa de Pitanga/PR, a Dona Maria, revela as razões da sua importância, pois muitos camponeses não têm uma renda fixa todo o mês:

Autor: Participa de algum programa do governo? PAA, PNAE, Bolsa Família? **Sra. Maria:** Participo **Autor:** Qual? **Sra. Maria:** Do bolsa família. **Autor:** Qual a importância do bolsa família para a renda da família? **Sra. Maria:** É que ajuda bastante né, que nem nós que temos as crianças na escola né, daí ajuda bastante por que a gente não tem renda todo mês né. (MARIA, 2013).

A fala da dona Maria mostra a importância dessa política para os camponeses que, geralmente, não possuem uma renda fixa todos os meses e, assim, podem suprir as obrigações dos filhos que estão na escola e outras necessidades básicas entre os períodos de safra. Mas, embora o novo desenvolvimentismo traga consigo essas políticas sociais, continua tendo por base a manutenção das principais diretrizes neoliberais. Gonçalves (2012, p. 661) diz que: “O reformismo social também é evidente no novo desenvolvimentismo, visto que ele reconhece a necessidade de políticas de redução das desigualdades, porém não faz referência ou dá pouca ênfase às reformas que afetam a estrutura tributária e a distribuição de riqueza[...]”.

Apesar da criação do PAA, o qual foi uma vitória dos movimentos sociais, o governo passou a potencializar os financiamentos para a agricultura capitalista passando de 27 bilhões em 2003/2004 para 172 bilhões em 2016/2017(figura 1). Esse fato demonstra a disputa de poder e a intenção dos governos em mediar esses conflitos sempre atendendo com mais recursos e com mais facilidade os desejos do capital agrário. Outro fato que explica a dificuldade em diminuir a força do setor agroexportador dentro de suas políticas é a constante necessidade de se produzir superávits primários na balança comercial para o pagamento da dívida externa, Delgado (2012, p.2) diz que a partir desse processo:

[...] a agricultura tem sido estrangida e estimulada a produzir consideráveis superávits em sua balança comercial, de modo a garantir o ajustamento da balança de pagamentos do país. Nesta perspectiva, a “vocação agroexportadora” do país, tão cara historicamente às suas elites agrárias e agora também agroindustriais, tem sido atualizada para os tempos da globalização[...].

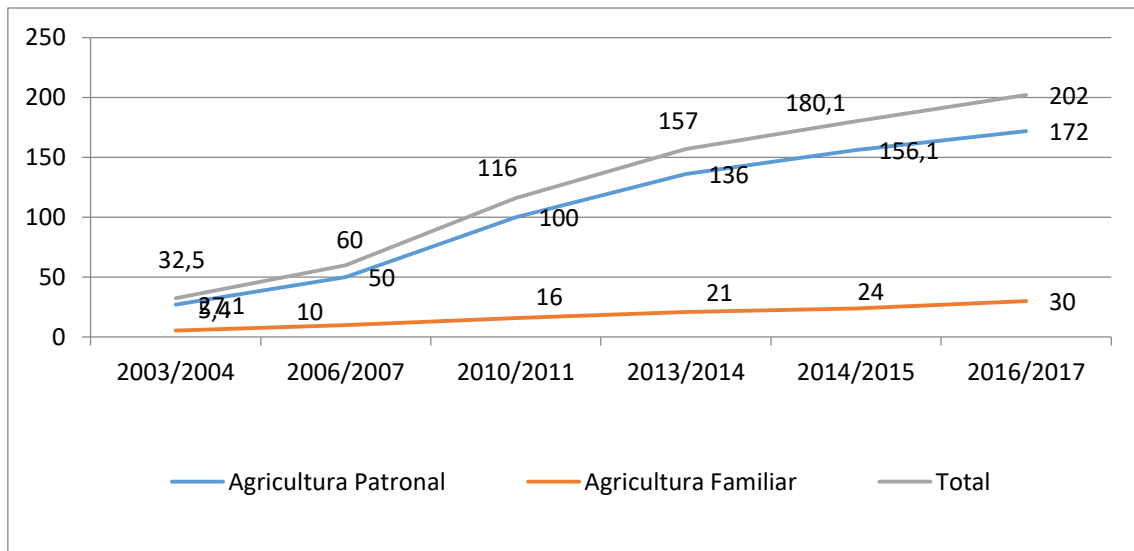


Figura 1: Gráfico da evolução do crédito rural para agricultura familiar e patronal de 2003 a 2016 em R\$ bilhões. Fonte: MAPA (2016).

Além desse fato, a reforma agrária foi praticamente enterrada nos últimos anos do governo Lula e durante todo o governo Dilma (figura 2). Esta seria uma política estruturante para os camponeses e para a sociedade em geral, a qual de fato poderia trazer mudanças significativas em relação à situação de abandono e miséria tanto da população que vive no campo, quanto a que vive nas cidades.

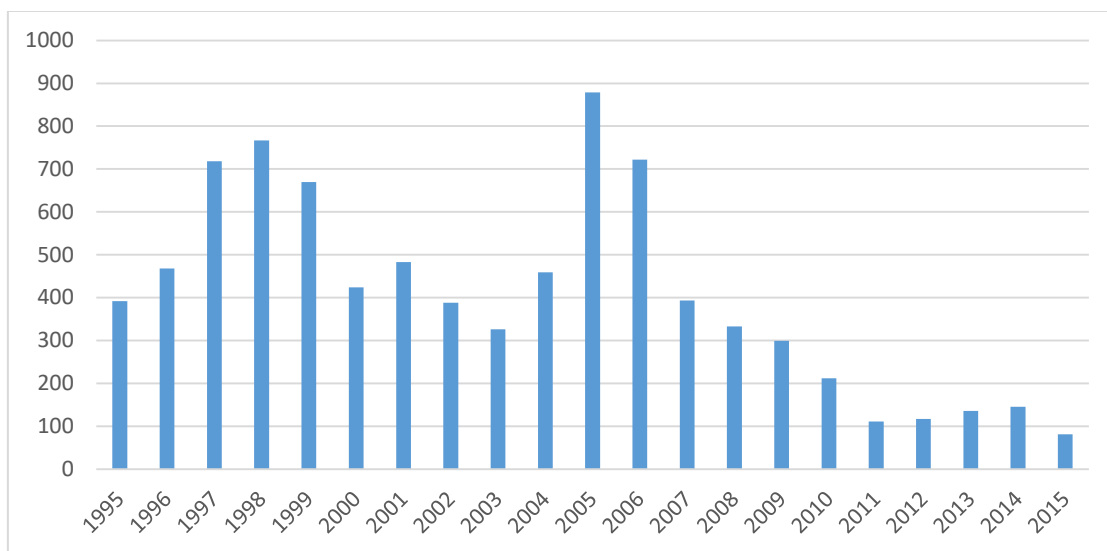


Figura 2: Número de assentamento rurais criados entre 1995 a 2015. Fonte: Data Luta (2015) e Incra (2016), elaborado pelo autor.

A grande política desses governos foi a do “Programa de Aceleração do Crescimento” (PAC I e II), que investiu bilhões em obras de infraestrutura em várias regiões do Brasil, muitas delas para favorecer a expansão do agronegócio. Entretanto, o volume de investimentos ainda tem gerado grandes impactos em todo o território nacional devido às grandes obras que estão sendo

financiadas ou executadas pelo governo federal. Alves e Thomaz (2013, p.1) relatam isso dizendo que

A territorialização do capital, via essas grandes obras, ocorre no contexto do chamado Novo Desenvolvimentismo brasileiro, a partir do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), gerando fortes impactos na região e nos lugares, seja de ordem ambiental, seja com populações ribeirinhas, extrativistas, grupos indígenas, mas também no campo e na cidade, com os processos de desterritorialização de comunidades camponesas, intensa migração populacional em busca de trabalho e melhores condições de vida.

Os impactos causados por essas grandes obras ajudam a somar forças nas críticas formuladas ao “novo desenvolvimento”. Sem um planejamento que inclua as populações atingidas ou então negligenciando as Leis Ambientais, o governo revela que está servindo aos interesses das classes dominantes que se beneficiam com todos esses investimentos. Sampaio (2012, p. 672) diz que

Ao identificar a realidade da economia brasileira contemporânea com o desenvolvimento capitalista virtuoso, o novo desenvolvimentista revela-se tal qual é — uma apologia do poder. Não passa de um esforço provinciano para dar roupa nova à velha teoria da modernização como solução para os graves problemas das populações que vivem no elo fraco do sistema capitalista mundial.

O neodesenvolvimentismo é entusiasta do capital internacional, da agricultura capitalista que gera grande concentração de renda, além de expropriar cada vez mais as populações tradicionais e camponesas dos seus territórios e causar inúmeros impactos ambientais. Além desses fatos, ainda não alimenta nenhuma esperança de que mudanças realmente qualitativas venham mudar a história construída pelo capitalismo no Brasil. (SAMPAIO, 2012).

Em uma visão sobre o neodesenvolvimento, Gonçalves (2012, p. 638), relata que

[...] se constata claramente é: desindustrialização, dessubstituição de importações; reprimarização das exportações; maior dependência tecnológica; maior desnacionalização; perda de competitividade internacional, crescente vulnerabilidade externa estrutural em função do aumento do passivo externo financeiro; maior concentração de capital; e crescente dominação financeira, que expressa a subordinação da política de desenvolvimento à política monetária focada no controle da inflação.

Diante desses fatos e do contexto da passagem do neoliberalismo para o neodesenvolvimentismo, na sequência, será analisado como se materializam as contradições, os limites e também as resistências que são invocadas a partir do acesso e não acesso a tais políticas públicas.

AS CONTRADIÇÕES DO PRONAF E OS RISCOS DO FORTALECIMENTO DA LÓGICA NEOLIBERAL

Em relação à distribuição dos recursos entre as grandes regiões brasileiras, os acessos à política, historicamente, foram desiguais se comparadas as regiões Sul e Sudeste com a Centro-Oeste, Norte e a Nordeste. Cerca de 73% dos recursos disponibilizados e contratados pelo PRONAF se concentram no Sul, no Sudeste são 19%, Norte 2%, Nordeste 4 % e Centro-Oeste 2% (figura 4). A situação fica ainda mais alarmante se levar em consideração que 50% dos estabelecimentos rurais familiares classificados segundo o censo agropecuário de 2006 estão na região Nordeste do Brasil.

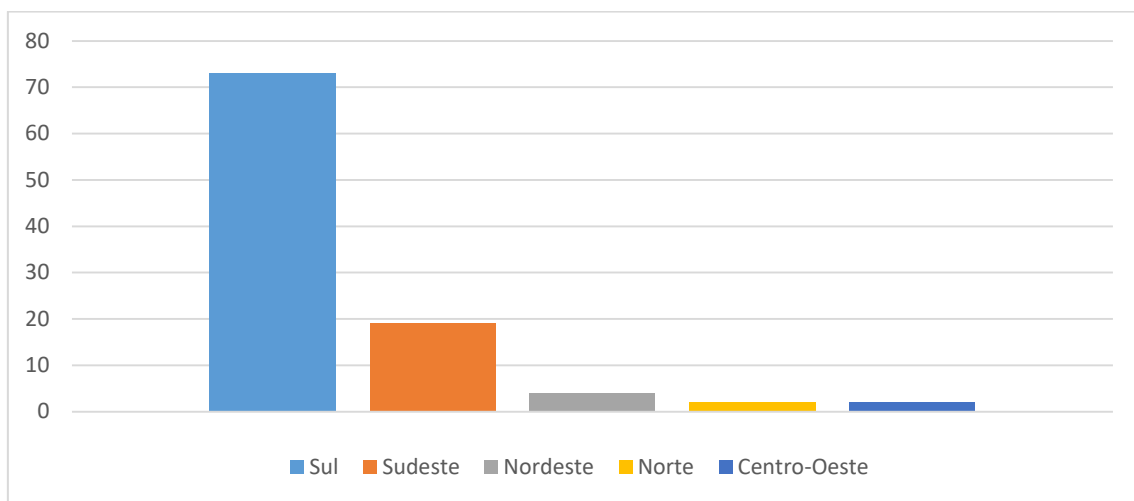


Figura 3: Distribuição de recursos do PRONAF custeio segundo as grandes regiões geográficas do Brasil no ano de 2012. Fonte: Bacen (2012), elaborado pelo autor.

Essa concentração regional dos recursos do PRONAF revela um outro dado importante para mostrar como é desigual e excludente. Delgado (2012), mostra em seu trabalho uma comparação feita entre os planos safra de 2002/2003 a 2007/2008. Nele, 67% dos recursos disponibilizados se concentraram nos grupos “D” (com renda bruta anual familiar entre 18 mil a 50 mil) e “E” (com renda bruta anual familiar de 50 mil a 110 mil), enquanto o grupo “A” (assentados da reforma agrária) e o “B” (com renda anual bruta familiar de até 4 mil) não chega a 12%. Com esses dados, consegue-se perceber que a mesma não está de fato ajudando a fortalecer os camponeses que mais precisam, os do grupo “A” e do “B”.

Além dessa desigualdade na distribuição dos recursos, o acesso também é muito baixo. Levando em consideração todos os estabelecimentos camponeses de Pitanga, apenas 29% deles têm acesso à linha de financiamento custeio agrícola e 7,8% pecuário. Na linha

de investimento, apenas 9% deles possuem contratos, segundo os dados do Censo Agropecuário de 2006.

Apesar de serem dados de 2006, em entrevista com um dos fundadores da cooperativa de crédito solidário CRESOL, de Pitanga, ele afirmou que não houve mudanças significativas em relação ao acesso. Assim, o referido entrevistado nos relatou que o número de contratos não vem aumentando, devido ao envelhecimento e a expropriação dos jovens do campo como mostra esse trecho da entrevista:

Muitos agricultores no passado acessaram o crédito, [...] vamos jogar lá no 2000 até 2005 por aí, hoje eles não acessam mais porque a idade chego para essas pessoas. Os filhos desses agricultores, alguns permanecem na propriedade, outros saíram em busca de emprego, de estudo e não voltaram mais pra propriedade, então hoje eu diria assim, a agricultura familiar no município de Pitanga talvez, ela está ficando um pouco velha. [...]. Nós temos 1800 associados, na CRESOL, nós temos em torno de 500 associados que tomam crédito no investimento, agrícola e pecuária[...]. (ROBERTO, 2014)

No caso específico de Pitanga/PR, é possível visualizar vários processos que dificultam que mais propriedades acessem o PRONAF, mas o principal são os fortes processos de expropriação identificados na pesquisa (PAULA, 2015) que são originados desde pela falta de geração de renda, distribuição de terra e desemprego até a desvalorização da cultura camponesa que não encontra espaço no mercado capitalista.

Outro fator interessante, que revela que o PRONAF nasce neoliberalista e continua sendo, é a distribuição dos recursos segundo o tipo de produção. Usando os dados do Estado do Paraná é possível verificar que as monoculturas da Soja e do Milho concentram juntas mais de 82% dos financiamentos. O feijão, a mandioca e o arroz não chegam a ter 7 % do total financiado (figura 4).

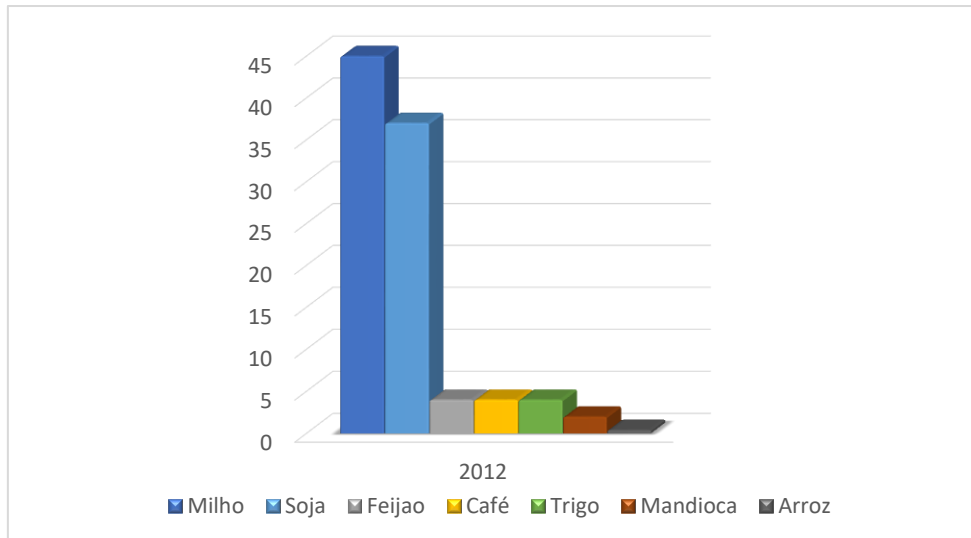


Figura 4: Distribuição do SNCR por principais produtos agrícolas no Paraná – 2012. Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural, BACEN.

A produção dessas *commodities*, levando em consideração os dados do Paraná e de propriedades camponesas de Pitanga-PR, são resultado de alguns fatores como: facilidade para comercializar a produção, seguro contra perda da produção que só é disponibilizado para esses tipos de cultivos, o “fetiche” do agronegócio que causa a falsa ideia de que essas culturas geram mais renda e a assistência técnica tendenciosa que direciona a produção. A facilidade na comercialização e na própria conquista do financiamento dessas culturas ocorrem em razão da territorialização de multinacionais, grandes cooperativas e também de empresas locais que beneficiam essas matérias-primas. Em Pitanga/PR, por exemplo, existem seis cooperativas de recebimento de grãos que funcionam como grandes empresas capitalistas do agronegócio, as quais há muito tempo se desvirtuaram do ideal cooperativista.²

A produção da soja é uma produção que subordina e deixa cada vez mais vulneráveis os camponeses que ficam expostos às oscilações do mercado capitalista das *commodities*, além da necessidade de gastos elevados para que a produção se realize. Portanto, o PRONAF tem sido o principal mecanismo usado pelos camponeses para conseguir comprar os insumos caríssimos, como também pagar o maquinário necessário. O relato do diretor da Cresol revela como é a produção da soja nas pequenas propriedades:

[...] A Cresol tem feito um debate com os agricultores no sentido da produção de soja, por exemplo, é um debate difícil, é um debate que o agricultor participa, mas não aceita muito, porque a soja assim.. *Ela tem um custo elevado, mas o agricultor ele tem por amor na propriedade fazer a cultura da soja, o jeito que eu vejo tipo assim.. Não tem como avaliar porque o sócio é dono*

² Para saber mais sobre o tema pesquisar em FAJARDO, Sergio **Cooperativas Agropecuárias no Complexo Agroindustrial**, Jundiá: Paco Editora, 2012.

da cooperativa então aquilo que ele decide financiar, a cooperativa não é obrigada, mas cooperativa tem que atender o seu associado, muitas vezes a gente consegue fazer com que o associado desista de plantar um, dois alqueires de soja e plante outra cultura que venha beneficiar mais a pequena propriedade, mas é uma minoria que aceita não plantar soja e plantar outra cultura né, e parece que tá no sangue do pequeno produtor também produzir soja, plantar soja porque hoje é uma das commodities que mais rende n/é, claro que rende se você plantar uma área maior, mas quando você pensa na agricultura familiar, você pensa na pequena propriedade a soja infelizmente muitas vezes ela só traz muitas complicações e problemas, eu costumo dizer pros agricultores que trabalhar só para escutar o ronco do motor e da colheitadeira não vale a pena. (ROBERTO, 2014). (Grifo nosso)

Dessa forma, o financiamento, não só de gêneros agrícolas caros, mas também de animais com melhor genética, do custeio pecuário sem seguro, leva a ocorrer a face mais perversa da expropriação: o endividamento, seguido da inadimplência que causam, muitas vezes, a expulsão dos camponeses de suas terras. Ramos (2005, p.48) relata como esse processo ocorre.

(...) o produtor individual (antes camponês) aprofunda sua inserção na agricultura voltada para o mercado. Este processo o leva ao endividamento, uma vez que há um descompasso entre o crescimento do seu endividamento (necessário à aquisição dos pacotes tecnológicos voltados à produção agrícola) e a constante queda do valor dos produtos por ele produzidos. Restaria aos camponeses apenas a alternativa de venderem suas terras para quitar seus débitos e posteriormente se converterem em trabalhadores assalariados.

Percebe-se que os casos de endividamento, apesar de não serem divulgados os números exatos, não são isolados. Fujii (2009), em uma pesquisa realizada no município de Pitanga, onde entrevistou camponeses que adquiriam crédito no Banco do Brasil, relata que mais de 70% dos agricultores precisaram prorrogar os seus financiamentos em função da frustração da safra ou por problemas na comercialização. Assim ele relata que

Quanto às condições de pagamento desses financiamentos [...] 70,49% dos agricultores tiveram que prorrogar os financiamentos rurais por motivos de frustração de safra provocada por intempéries climáticas (83,61%) e 9,84% por motivo de dificuldade de comercialização dos produtos agrícolas ou pecuários provocados por baixo preço ou demanda reprimida dos produtos. Isso demonstra que o pequeno produtor precisa de mecanismos de seguro para a produção agrícola e, também, mecanismos de garantia de preços ou estoque para agregar renda na comercialização. (FUJII, 2009, p.37)

Enfim, a venda da propriedade (ou de uma parte) para sanar as dívidas é uma das formas encontradas pelos camponeses. Entretanto, traz como consequência a expropriação/desterritorialização do campo. Segundo o diretor da Cresol, apesar de hoje

ter diminuído o número de casos de inadimplência, o mesmo, afirma que houve muitos casos no passado recente e inclusive casos em que ocorreram a venda da propriedade para pagar as dívidas:

Nós tivemos, é claro, não só no município, na Cresol e várias outras instituições que a gente tem aqui no município problemas, por exemplo, *de pessoas terem que vender o sítio para pagar as contas, isso acontece*, aconteceu na Cresol e outras instituições financeiras, mas a Cresol hoje graças a Deus a gente consegue fazer um trabalho diferenciado e fazendo com que o agricultor não se endivide tanto fora daquilo que ele consegue produzir na propriedade para devolver. (ROBERTO, 2014). (grifo nosso)

Porém, o seguro tem duas questões que merecem destaque negativo: A primeira, é que este induz as instituições e os agricultores que ficam mais “seguros” a financiar gêneros agrícolas caros como a soja. Ou seja, os camponeses passam a produzir as chamadas *commodities* para não correrem o risco de se endividarem por algum problema ocorrido na propriedade, ou causado por eventos climáticos não esperados, se inserindo no mercado do agronegócio, deixando-os totalmente subordinados.

A segunda questão refere-se à rigidez das normas da política em que o camponês precisa seguir exatamente o que foi “receitado” pela assistência técnica. Caso isso não ocorra, ele não consegue ter acesso à indenização. Daí vem o conflito mais explícito: muitos sujeitos prezam por sua autonomia na hora de decidir o que comprar e como produzir e deste fato ocorrem os problemas, pois eles perdem o direito ao seguro se não adotarem as regras exigidas. Isso mostra a total falta de compreensão da realidade vivida por esses sujeitos quando essa política foi concebida.

O Senhor Clemente, morador de Pitanga, é um exemplo desse fato que está sendo analisado, pois a instituição fez um contrato de custeio agrícola para ele produzir milho, mas segundo o mesmo, o contrato deveria ter sido feito para a produção de soja, a qual lhe trouxe prejuízo devido a uma chuva de granizo ocorrida pouco antes da colheita. Como ele havia feito um contrato para produzir milho, e não soja, na hora de acessar o seguro do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro)³ não obteve êxito. Dessa forma, em razão do engessamento dos critérios adotados pela política do seguro e das instituições de crédito, o camponês foi expropriado de suas terras, uma vez que o Senhor Clemente não podia comprovar a compra dos insumos e sementes para a produção do milho, tal como o contrato indicava. Assim, antes de acessar o PRONAF, o camponês

³ Proagro foi criado para atender os pequenos e médios agricultores “exonerando das obrigações financeiras relativas a operação de crédito rural de custeio, cuja liquidação seja dificultada pela ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças que atinjam rebanhos e plantações, na forma estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional – CMN.” (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2017)

possuía 8 alqueires (20 hectares), mas devido às dívidas que adquiriu nesse financiamento, precisou vender 5 alqueires (12,5 ha) para quitar o débito com o banco.

Apesar de não ter acesso aos números de endividamentos, o que acontece com muitos camponeses, identificou-se uma reportagem do ano de 2009, do jornal Paraná Centro, que trata sobre a questão da inadimplência, trazendo uma entrevista com o gerente da agência do Banco do Brasil, Nelson Fujii.

Na sexta-feira, 6 de março, o Banco do Brasil, em Pitanga, reuniu representantes dos setores, como, Secretaria Municipal de Interior, Sindicato Rural e Emater, para debater *o grande índice de inadimplência da região*. Segundo Nelson Fujii, gerente do BB, “o objetivo da reunião foi traçar planejamentos para diminuir a inadimplência do pequeno produtor dos municípios de Pitanga, Boa Ventura, Nova Tebas e Santa Maria, onde sua agência tem jurisdição”. “Visitamos muitos agricultores e vimos que os motivos principais de inadimplência são devido ao abandono da atividade. Na maioria dos casos, o agricultor não fez o planejamento correto ou foi desestimulado pelo clima, perda financeira ou pela falta de produção” (PARANACENTRO, 2009)

Esses casos de endividamento e, conseqüentemente, expropriação da renda, da terra e do trabalho camponês, não fica restrito a Pitanga ou mesmo ao Paraná. O Banco Central chegou a criar a Resolução CMN nº 4.354, de 31 de julho de 2014, autorizando a renegociação de dívidas oriundas do PRONAF.

Tolentino (2013), mostra como os camponeses de Sapé-PB também ficam endividados por meio do PRONAF, principalmente pelo financiamento pecuário. O autor procura demonstrar que, mesmo os endividamentos causados pela utilização dos recursos para outras atividades que não seja a produção, ocorrem porque o programa vê apenas a esfera econômica da vida camponesa, não oportunizando meios para o agricultor adquirir dinheiro e, então, comprar móveis melhores, arrumar a casa ou até mesmo comprar um automóvel. Assim, este direciona parte dos recursos para esse fim.

Diante desses fatos, é possível afirmar que o PRONAF, assentado no modelo do agronegócio, está longe de produzir um “desenvolvimento” ou um fortalecimento da agricultura camponesa. Os casos de expropriação causados ainda não são debatidos amplamente, porque se coloca a culpa nos camponeses que não usam o crédito para o qual contrataram. Entretanto as discussões deveriam ocorrer para responder a seguinte pergunta: por que os camponeses não usam o crédito para o qual foi contratado? Pensa-se que a resposta para essa pergunta diante de tudo que foi mostrado não é difícil, pois o PRONAF demonstrou durante todo esse tempo que não deu conta de abranger toda a diversidade dentro da agricultura camponesa e privilegia apenas o grupo que se mantém integrado ao mercado do agronegócio.

PAA E PNAE POLÍTICAS DE RESISTÊNCIA COM LIMITES

O PAA foi resultado de uma luta incessante dos movimentos sociais no início do governo Lula. Esta política, junto com o PNAE, vem trazendo resultados interessantes para aqueles que conseguem acessá-las, mas existem limites e ataques que têm impedido que se tornem plenas. O PAA e o PNAE têm gerado conflitos e ataques de setores do agronegócio, principalmente, por seu caráter inovador de gerar renda diretamente na propriedade, sem a necessidade de endividar e deixar o camponês na subordinação total ao mercado capitalista das *commodities*.

Dessa forma, reconhece-se a importância dessas políticas para a resistência, não só camponesa, mas também de comunidades tradicionais como faxinalenses e quilombolas. Dessa forma, concorda-se com Plein (2012, p. 209) quando diz “A característica de comercialização dos produtos através do PAA pode ser compreendida como uma forma de redistribuição adotada pelo Estado.”

Entretanto, é necessário debater as razões dos limites que estão dificultando que essas políticas atinjam uma gama maior de sujeitos. Um desses problemas é o acesso. Lucas, um dos representantes de uma das cooperativas de comercialização da produção dos camponeses, em Pitanga, que faz a entrega para o PAA e PNAE no município, faz o seguinte relato sobre a questão:

Por incrível que pareça, o problema não é o número de produtores, se você pega um contrato de 200 mil reais, você precisa de 10 agricultores que o limite é 20 mil, mas aí você pensa, tem que colocar mais gente, mas a partir do momento que você pulveriza isso, os agricultores não têm viabilidade, então um cara vai entregar 1 mil reais, vai custar mais ele produzir, trazer, do que o próprio rendimento do produto. Como eu te falei, as prefeituras que têm que dar essa oportunidade pra que se aumente mais isso, porque se não vai diminuir... porque hoje eu consigo atender 20 produtores com um contrato de 400 mil, pra você ter uma ideia o projeto de Pitanga é menor do que isso, então isso tá desestimulando as cooperativas de buscar mais sócios, não tem porque, se você busca mais sócio você tem que atender, então se eu com 10, 20, 30 sócios eu consigo manter um contrato grande e os agricultores não têm a viabilidade de plantar um pouquinho de produto, a não ser que eu transforme como eu te falei...

Concorda-se com o Lucas, que o tamanho dos contratos muitas vezes não comporta um número maior de agricultores camponeses, mas essa dificuldade acaba ilustrando um dos maiores desafios dessa política.

Nesse sentido, o acesso ao PAA e PNAE tem sido limitado em Pitanga-PR, o qual não foge da realidade do estado e de todo o país. Em 2014, apenas 3% dos estabelecimentos tidos como familiares acessaram o PAA no Brasil. No Paraná, em 2013, 3,5 % acessaram. Em relação a Pitanga, no ano de 2014, 0,5% participaram do PAA, se levar-se em conta o ano que houve mais produtores integrados à política o índice sobe para 3,5%(figura 5).

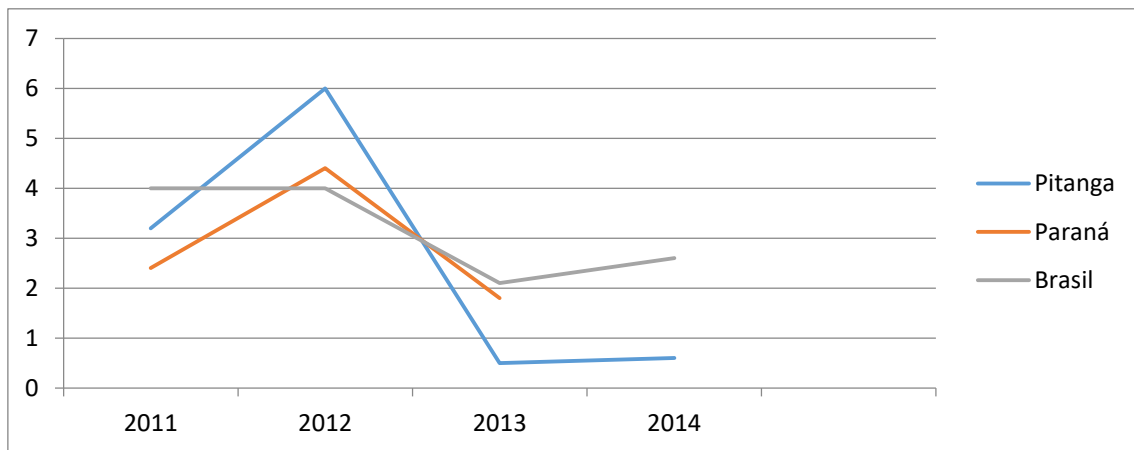


Figura 5: Porcentagem de agricultores camponeses que acessam o PAA no Brasil, no Paraná e Pitanga-PR. Fonte: MDS (2014).

Os dados da figura 6 revelam que, não só é pequeno o número de camponeses que acessam o PAA, como teve queda, em 2013, no número de agricultores que estão entregando alimentos para o programa e se manteve em 2014. Esta queda, pode ser resultado de dois processos que ocorreram simultaneamente, o primeiro, a investigação “agrofantasma” da Polícia Federal e, em segundo lugar, os seguidos atrasos nos pagamentos dos alimentos entregues pelos camponeses.

Em Pitanga, no ano de 2012, existiam 119 agricultores que entregavam alimentos para o PAA estadual e PAA CONAB. Em 2013 caiu para apenas 19 e, em 2014, subiu para 21. No estado, em 2012, existiam 17.869 fornecedores de alimentos, já em 2013 foram 11.388.

A operação “agrofantasma” ganhou destaque no final do mês de setembro de 2013, quando a Polícia Federal realizou prisões com base em investigações com objetivo de averiguar supostas irregularidades na execução do PAA no estado do Paraná.

As acusações, que recaíram sobre servidores e agricultores camponeses fornecedores de alimentos, davam conta de que estariam sendo feitas notas fiscais “fantasmas”, que caracterizariam o desvio de recursos, mas o que de fato estaria ocorrendo era a troca de produtos. Por exemplo, se um agricultor cadastrado para entregar mandioca

não conseguia produzir a quantidade exata ou não teve uma boa produção, entregava a mesma quantidade em batatas, o que garantiria que não ficassem sem renda, nem as instituições sem produtos.

A partir dessa investigação, a grande mídia e os setores do grande capital agroindustrial que se sentiam prejudicados por esse tipo de políticas, passaram a dar grande relevância à operação e tratar o caso como um grande escândalo de corrupção na CONAB. O portal de notícias G1 (2013) é representativo nesse sentido, dizendo que: “PF faz operação para combater desvio de recursos do programa Fome Zero”, no portal UOL (2013) “PF prende vereador e gerente de CONAB em operação contra desvios do Fome Zero no PR” e na EBC Brasil (2013) “Operação Agrofantasma quer desmontar quadrilha que fraudava Programa de Aquisição de Alimentos”.

Logo, os agricultores envolvidos foram tratados como criminosos em razão dessa estratégia de troca de produtos, fato que manchou não só a honra dos investigados, mas a imagem de um programa que vinha trazendo resultados interessantes para a agricultura camponesa e para as entidades atendidas.

Salienta-se que os meios de comunicação tradicionais deste país sempre agiram no sentido de criminalizar qualquer política ou ação governamental que estivesse ou pudesse mudar as relações de poder e a desigualdade.

Essas investigações tiveram rebatimento em Pitanga no sentido do congelamento dos pagamentos aos produtores. Os camponeses que entregaram alimentos nesse período precisaram esperar mais de 6 meses para começar a receber novamente, como conta o Sr. Sebastião (2014):

Eu entreguei que nem do PNAE e do PAA, até que é mais ou menos, o problema é os pagamento, pagamento vem muito atrasado né, as vezes tem que trabalhá dois mês, três mês pra recebe e que nem teve aqui ano passado que nós entreguemos, e era bastante, nós recebemos só um pouco até agora, foi aquele negócio que deu lá né, [a operação “agrofantasma”] então recebemos agora um pouco, mais não recebemos tudo né... .

Lucas, representante de uma das cooperativas que entregam os produtos para o PAA e PNAE, também conta os rebatimentos que a cooperativa e seus associados tiveram com todo o processo de investigação:

Exatamente isso, trouxe um impacto muito negativo, e nós mesmos da cooperativa não foi, porque a gente estava tudo certo, mas a gente não conseguiu executar o projeto, tivemos que devolver recurso pra CONAB, porque demorou muito tempo pra pagar os agricultores né, nós ficamos seis meses sem receber, então imagina o agricultor plantou,

investiu e fica seis meses sem receber, e não foi provado nada, não teve prova e não teve crime nenhum, então o agricultor se desestimula, ele chega aqui na cooperativa: *a quanto tempo vou demorar pra receber? Vou demorar seis meses como eu tive anteriormente? Não tem como a gente afirmar que isso não vai acontecer, então foi um crime que foi feito com a agricultura familiar, então acabou desestimulando bastante gente, nós mesmos das organizações como que nós vamos fazer um projeto se não sabemos se vamos executar? [...] quando você vê um avanço nisso eles vem com uma proposta de corta isso, de criminalizar isso.* (LUCAS, 2014)

Nesse sentido, os seguidos atrasos nos pagamentos dificultam a vida do camponês que não pode ter a certeza de que aquele dinheiro, seu direito e fruto do seu trabalho, vai chegar para quitar os gastos e ter uma renda para suprir as suas necessidades.

Portanto, esse fato desestimula muitos a continuar entregando ao programa, como Lucas relatou anteriormente, e acrescenta mais um aspecto negativo que impacta tanto quem está dentro, quanto quem ainda não acessa a política. Outro resultado é que o camponês não consegue dar maior importância à produção destinada ao PAA e PNAE, justamente por não ter a segurança de ter o pagamento no tempo certo.

Entretanto, além dessas dificuldades, existem outros limites dentro do PAA e PNAE, como o comprometimento dos governos estaduais e municipais em incentivar e aumentar a demanda dos produtos da agricultura familiar. Lucas (2014) relata que é um entrave para que mais camponeses participem dos programas:

O limite maior é a vontade política né, dos governantes de otimizar isso, então cada vez.. ao invés de aumentar isso, cada vez mais tão colocando burocracia, muita questão burocrática, as prefeituras preferem comprar de outros fornecedores que não sejam dos agricultores familiares, não é o caso da nossa aqui, mas a gente percebe isso né, o próprio estado ele tem ampliado bastante a compra da agricultura familiar mas tem um campo muito grande pra se cresce, mas há muita dificuldade, tem que estar pressionando pra se fazê, eu acredito que precisa de mais vontade política, tem muitos município aqui que nem atingiram a legislação que é 30%, dá pra vê que é má vontade dos gestores de fazer isso.

Com certeza, esse é um dos entraves para que o programa não tenha uma expansão mais significativa. A pressão que alguns fornecedores locais e regionais sobre os prefeitos, além da maior facilidade de lidar com empresas já estruturadas no mercado, fazem com que exista essa “má vontade” em investir na agricultura camponesa.

Por outro lado, a agregação de valor nos produtos também é um dos desafios que as cooperativas têm enfrentado, pois a produção agroecológica aumenta o valor da

produção dos camponeses em 30%, mas não existe nenhum projeto para que se consiga acessar essa linha de preços nos programas do PAA e PNAE, em Pitanga.

Lucas (2014) explica as dificuldades para o desenvolvimento da agroecologia no município:

Aqui ainda não tem nenhum trabalho sobre isso... tem se conversado sobre isso, mas nenhum agricultor quis fazer isso, também você não tem referência nenhuma, você não tem um técnico com experiência nisso, a gente não tem base nenhum para fazer isso. A prefeitura tem vários técnicos, pra você ter uma ideia as prefeituras tem técnico pra fazer estrada, não é papel da secretaria da agricultura mexer com estrada [...] essa questão dos orgânicos, a questão agroecológica é uma ciência, então é necessário ter muito conhecimento [...] e o agricultor não domina isso, então tem que ter um técnico especialista para se fazer isso, pra se ajudar, o valor é muito melhor... 30% e não é difícil produzir agroecológico, mas precisa ter... pra você ter uma ideia as prefeitura nem querem comprar agroecológico, porque o valor é 30% a mais então eles preferem comprar um produto inferior do que incentivar ter um produto orgânico pra pagá 30% a mais, na ótica do gestor ele quer economizar [...] (LUCAS, 2014)

O problema da inserção da produção camponesa no mercado agroecológico tem vários desafios, como ter uma gama de técnicos preparados, ter mercado e, principalmente, quebrar um paradigma de produção presente desde a chegada da Revolução Verde. Plein (2012) também constatou que, apesar de tudo, muitos camponeses já produzem sem utilização de químicos:

A pesquisa de campo revelou que, no processo de produção das hortaliças os agricultores não utilizam adubos químicos e agrotóxicos, entretanto, as propriedades não são certificados como orgânicos, o que é um processo bem mais complexo. Assim, estão deixando de conseguir preços superiores para os seus produtos, uma vez que o PAA prevê pagar de forma diferenciada pelos produtos dependendo do seu processo de produção (convencional ou orgânico). (PLEIN, 2012, 207).

As dificuldades em agregar valor à produção também esbarram nos custos que os camponeses e as cooperativas têm com a logística para entregar os produtos e com os custos administrativos, pois “um cara mora 10 quilômetros da cidade e vem trazer esses 10 quilos de alface, ele não paga o combustível” (LUCAS, 2014). Delgado (2013, p.15) em seu relatório de avaliação também encontrou esse problema:

Identificou-se também um problema, que é comum à relação das associações de agricultores com as entidades assistidas, qual seja, a remuneração dos custos administrativos e logísticos de distribuição de alimentos, atualmente integralmente internalizados pelas associações e cooperativas (PAA-CONAB), ou distribuídos pelas prefeituras e entidades contratadas (PAA-Paraná).

Esses problemas e limites do PAA e PNAE são desafios que os camponeses e suas cooperativas, associações, sindicatos e movimentos sociais precisam enfrentar, não só para melhorar e expandir a política que pode ajudar na resistência desses sujeitos, mas para mantê-las ativas, principalmente, o PAA que é um programa de governo e não uma lei, como o PNAE e que, por esse motivo tem uma vulnerabilidade maior.

DO AJUSTE FISCAL EM 2016 AO GOLPE NA DEMOCRACIA: AMEAÇAS ÀS CONQUISTAS SOCIAIS NO CAMPO

Apesar de todas as questões levantadas sobre os limites e problemas dessas políticas, é preciso reconhecer que houve mudanças importantes na condução do Estado pelos governos eleitos pelo voto popular, dentro da democracia. Antes dos governos do PT, os camponeses, os povos e comunidades tradicionais e outros setores da sociedade civil possuíam poucas possibilidades de disputar investimentos do Estado. Quando conseguiam algo, era por meio de muita pressão e desgastes, como foi o caso da conquista do PRONAF e do avanço da reforma agrária no governo FHC.

O segundo governo da presidenta Dilma começou mergulhado em contradições, falta de governabilidade e de descobertas importantes de esquemas de corrupção que colocaram o país em um verdadeiro caos. Mergulhado em contradições porque, ao mesmo tempo em que defendia a manutenção dos programas sociais e dos direitos trabalhistas, propunha um ajuste fiscal que os sacrificaria, como ocorreu na aprovação das restrições do acesso ao seguro desemprego. Falta de governabilidade, pois não tinha condições de manter um mínimo de apoio parlamentar para governar. Assim, matérias de interesse eram arroladas ou derrotadas pela própria “base”. “El resultado es que la deserción de grupos dentro del partido y en las más amplias alianzas políticas fue constante. Esto debilitó su posición e hizo posible que en 2015 los enemigos del PT instrumentaran un plan para destruirlo.” (WALLERSTEIN,2016, p.117).

Diante da situação de incoerência do governo, a burguesia brasileira aproveitou para retomar a centralidade das políticas neoliberais, agora sem compensação social nenhuma, políticas que já haviam sido desenhadas antes mesmo do *impeachment*, como: aumento da idade para aposentadoria, corte em gastos com educação, com a reforma agrária, e investimentos em infraestrutura do PAC II.

Durante o governo Dilma, na área da agricultura e pecuária, a nomeação de Katia Abreu como Ministra foi uma aberração que os movimentos sociais tiveram que enfrentar. Ela, uma das grandes defensoras de todas as mazelas geradas pelo agronegócio latifundiário

do Brasil, estava comandando o Ministério da Agricultura e Abastecimento, algo impensável alguns anos atrás. Ferrenha defensora das empresas de agrotóxicos, fertilizantes e sementes transgênicas, além de ser uma das principais articuladoras de movimentos que lutam contra a demarcação de terras indígenas e quilombolas e do avanço da reforma agrária, deixou claro que o ideal sobre uma sociedade mais igualitária não foi levado à sério por parte dos governos do Partido dos Trabalhadores.

O alento para os movimentos sociais foi a manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, sob a liderança de Pepe Vargas, enquanto um espaço de luta e diálogo. Além disso, as principais políticas públicas para os camponeses ainda se manteriam sob a incumbência desse ministério.

Para melhorar a imagem do governo frente aos grandes grupos empresariais e financeiros do país, é anunciado, em setembro de 2015, uma série de cortes no orçamento que atingiram 26 bilhões de reais. Além dos cortes, o governo anunciava que iria mandar um pacote de medidas que alterava a idade para aposentadoria e a recriação do chamado imposto do cheque: a Contribuição Provisória sobre a Movimentação financeira. Estes dois últimos projetos não chegaram a ser enviados em razão do avanço acelerado do processo de *impeachment* da presidenta Dilma.

Em 12 de maio de 2016, a oposição juntamente com partidos que se diziam aliados, principalmente, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), do qual o vice-presidente Michel Temer é presidente, conseguiram aplicar um golpe na democracia e afastaram a presidenta Dilma. Sendo assim, Temer assumiu o poder, modificando totalmente a estrutura de governo até então implantada. Um dos objetivos dessa ação era tirar Dilma do poder e impedir que Lula concorresse às eleições de 2018 (LÓPEZ, 2016), recuperar a economia das grandes empresas e dos mercados financeiros por meio da exploração do trabalho e da ação de um governo que não tem “medo” da impopularidade e frear as investigações que visam combater a corrupção no país. Antunes relata as bases desse golpe dizendo que

Quando as classes dominantes, de modo coeso, decidiram colocar fora o governo Dilma, essa decisão ocorreu ao longo de 2015 e hoje é cabal: FIESP, Febraban, associações comerciais, grande mídia; todos estão dizendo que o governo Dilma não os interessa e encerrou o ciclo da conciliação pelo alto. Agora é o momento do golpe. Mas o golpe não é militar como o de 1964. É um golpe urdido no pântano parlamentar. [...] Ele se torna golpe quando as causas que podem levar ao impeachment estão sendo forjadas sem prova material e cabal. Hoje, 29 de março de 2016, não há nenhuma evidência cabal de que o atual governo Dilma cometeu um crime que possa levar à sua deposição pelo impeachment. Ou seja, a questão não é se o impeachment é legal ou

ilegal, a questão é que o impeachment que está em curso burla a legalidade pois ainda não há evidência para tal. (ANTUNES, 2016)

A tomada do poder pela direita traz consigo uma fortalecida agenda neoliberal que é comandada pelo novo Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, o qual “representa la voluntad de aplicar toda la agenda neoliberal, con la posibilidad de hacer tierra arrasada de lo poco aún quedaba de un Estado de Bienestar Social en nuestras tierras” (KLIASS, 2016, p.70). A principal mudança, e uma das mais negativas, foi a extinção de vários ministérios importantes como o “Ministério das Mulheres”, “da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos”, “da Ciência e Tecnologia”, “do Desenvolvimento Agrário”, entre outros.

A extinção do MDA gerou as maiores preocupações nos movimentos sociais e sindicais ligados ao campo. Vários manifestos foram criados para tentar negociar a recriação deste Ministério. Em um deles, assinado por pesquisadores e professores universitários, mostra-se a preocupação com essa ação dizendo que o MDA foi importante para

[...] a ampliação e diversificação das linhas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, criado em 1996, e a viabilização da participação social nas negociações internacionais relacionadas aos temas da agricultura familiar, da reforma agrária e da política de desenvolvimento agrário. Além disso, tiveram origem no MDA o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (2003), o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (2004), o Programa Organização Produtiva de Mulheres Rurais (2008), o Programa Territórios da Cidadania (2008) e a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (2013), entre outras. A existência desse Ministério foi ainda decisiva na implementação do Programa Um Milhão de Cisternas (2003), na ampliação do Programa de Aquisição de Alimentos (2003) e no fortalecimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (2009), entre tantos outros.

As ameaças a todas essas ações são um risco para os povos que vivem no campo e suas conquistas. Dessa forma, a efetivação do governo interino demonstrou que todos esses avanços estão em perigo. O Estado que está se desenhando atende aos desejos dos mais ricos e não da população mais carente que precisa de assistência e políticas públicas. Separar as funções do MDA, entre vários outros ministérios, pode fazer com que ocorra o abandono de várias políticas públicas e o cerceamento do diálogo com os movimentos sociais e sindicais. A CONTAG (2016) diz o seguinte:

A extinção do MDA como uma das medidas para atender o ajuste fiscal revela a subserviência do Governo Temer aos desejos dos setores especuladores da dívida pública e da bancada ruralista que não aceitam a

identidade e o protagonismo da agricultura familiar, que foi fortalecida pelas políticas públicas aplicadas pelo MDA, que são dignas de referência para serem aplicadas em outros países, especialmente da América Latina e África.

Outro golpe direto nos camponeses foi o corte da chamada pública para contratar assistência técnica e extensão rural (ATER), a qual teria o objetivo de apoiar a gestão e a qualificação de mais de 930 associações e cooperativas de agricultores camponeses para participar de mercados privados e institucionais. Sabe-se que a assistência técnica já sofre com a falta de pessoal e qualificação, agora, sem a ATER, a situação tende a piorar.

O neoliberalismo, que marcou a história brasileira, teve início na década de 1990 com a chegada de Fernando Collor de Mello à presidência. Este seguiu as diretrizes do Consenso de Washington, ocorrido em 1989, que criticava o pensamento e as experiências desenvolvimentistas na América Latina, desde 1950 (GONÇALVES, 2012). Entretanto, essas experiências também se mostraram desastrosas e não tiveram efeito positivo para a população que vive no campo e na cidade. Esse fato ocorre porque houve certa tentativa de homogeneizar a economia mundial, a qual não deu certo, pelo menos na perspectiva de desenvolver os países periféricos. Assim, a ideia de um “modelo ótimo” de capitalismo negou a realidade, a pluralidade, a heterogeneidade e a divergência de formas e modos de organização da vida social de vários países que tentaram implantar esse modelo político-econômico (BRANDÃO, 2010) e agora tenta-se novamente retornar a esse modelo que já demonstrou ser um desastre social, principalmente, para a classe trabalhadora. Harvey (2007, p.1) define o Neoliberalismo como

[...]uma teoria sobre práticas de política econômica que afirma que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido por meio da maximização das liberdades empresariais dentro de um quadro institucional caracterizado por direitos de propriedade privada, liberdade individual, mercados livres e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar um quadro institucional apropriado a tais práticas [...].

Todas as reformas absurdas propostas até agora seguem à risca essas características citadas por Harvey (2007). A trabalhista⁴, por exemplo, defende a possibilidade de aumento da jornada de trabalho para 12 horas diárias e de definir que o combinado entre empresários e trabalhadores desesperados por emprego tenha mais validade que o que define a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ao mesmo tempo, o Congresso busca enfraquecer os sindicatos e outras representações sociais tirando a obrigatoriedade da

⁴ O projeto de Lei (PL-6787/2016) foi enviado para o congresso no dia 23 de dezembro de 2016.

contribuição sindical⁵ e regulamentando o direito a greve. Para os trabalhadores do campo isso significa um aprofundamento das más condições de trabalho, em razão de que as grandes empresas do agronegócio passaram a usar o seu poder econômico sobre os já fragilizados sindicatos que representa essa classe, para achatar salários e direitos. Além disso, em uma aliança entre o Estado e a Justiça, no caso o Superior Tribunal Federal, definiu-se que os dias parados durante as greves podem ser descontados dos salários dos servidores públicos⁶.

A precarização das leis trabalhista avançou ainda mais com a aprovação do Projeto de Lei que libera a terceirização⁷ de todas as atividades, tanto do setor privado, quanto do público, além de aumentar o prazo para contratos temporários (de 3 para 6 meses). Um estudo realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) mostra que os terceirizados ganham 24,7 % menos do que os contratados diretos, trabalham 3 horas a mais, tem uma estabilidade menor (2,7 anos contra 5,8 anos dos contratados diretos) e, por fim, o mais grave: segundo o Departamento de Erradicação do Trabalho Escravo (Detrae) do Ministério do Trabalho e Emprego, 90% dos casos de resgate de trabalhadores em condições análogas à escravidão eram funcionários terceirizados. (DIEESE E CUT, 2014). Antunes (2015) diz que esse projeto de Lei

[...] rasga a CLT porque acaba com o contrato entre trabalhadores e empresas, regido pela CLT, e estabelece uma relação entre a empresa contratante e a contratada. Esta relação negocial entre empresas macula a relação contratual entre o capital e trabalho. Então, nisso, ele rompe o princípio básico da CLT. E tem, feitas as devidas diferenciações, o efeito de uma regressão a uma sociedade do trabalho escravo no Brasil, ainda que seja uma escravidão típica deste século 21.

Outra medida prejudicial à população foi a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do teto dos gastos públicos⁸, a qual diminui a força do poder público nas políticas sociais, na educação, na saúde, na agricultura, na pecuária e em outras áreas importantes. A referida PEC congelou os gastos públicos por 20 anos, repondo apenas as

⁵ Atualmente os trabalhadores pagam um dia de trabalho no mês de março para o sindicato que o representa. No projeto de Lei (PLS 385/2016) a contribuição só ocorrerá para os trabalhadores filiados ao sindicato.

⁶ O processo foi jugado no dia 27/10/2016 e definiu que o ponto dos servidores podem ser cortados quando a greve é considerada ilegal pela justiça.

⁷ O Projeto de Lei 4302/98, os pontos mais importantes são: A terceirização poderá ser executada em qualquer atividade da empresa. A empresa é a única responsável por contratar, remunerar e dirigir os trabalhadores, garantir segurança, higiene e salubridade dos trabalhadores terceirizados. O tempo de duração do trabalho temporário passa de até três meses para até 180 dias, consecutivos ou não.

⁸PEC - Nº 55 de 2016.

perdas com a inflação. Esse ato desconsiderou o contínuo aumento pela demanda dos serviços públicos e a situação precária da saúde, da educação e da assistência social no Brasil. O próprio PAA está em risco com essa aprovação, pois, com cada vez menos recursos, políticas com essa tendem a ser abandonadas. Um sinal veio em 2016, quando o valor executado foi mais baixo que em 2006 e 34% menos que o maior valor executado pelo programa em 2012. (CONAB, 2017). Stédile (2016, p.128) diz que:

A essência do golpe é uma tentativa da burguesia, diante da crise, recuperar as taxas de lucros de suas empresas, aumentando a exploração sobre os trabalhadores, promovendo desemprego para diminuir sua folha de pagamento e se apropriando de recursos públicos.

Outra reforma proposta é ainda mais grave, a previdenciária tem o objetivo de fixar a idade mínima de 65 anos para aposentadoria de todas as categorias. Inclusive a rural, a qual além dessas novas regras, terá que contribuir por, pelo menos, 25 anos para conseguir o benefício⁹, pagando mensalmente a contribuição (apesar da especificidade da renda do agricultor muitas vezes vir uma ou duas vezes no ano). A reforma propõe, ainda, a desvinculação do salário mínimo, o fim dos regimes especiais para professores e policiais e uma nova forma de calcular o valor a ser recebido, na qual o trabalhador só receberá 100% do valor que tem direito após contribuir por 49 anos. Esta proposta vai aprofundar a perda na qualidade de vida de todos os trabalhadores e camponeses e revela a falta de conhecimento ou a desconsideração de sua importância econômica e social. Isso fica muito claro, no caso da aposentadoria rural quando se analisa por meio de estudos e relatório sérios. Cardozo e Delgado (1999, p.4) no relatório de avaliação da previdência rural diz que:

Esse sistema previdenciário prima por *promover uma redistribuição de renda muito importante junto a um segmento da população brasileira originária do campo e historicamente excluída das conquistas sociais do país*, geralmente voltadas ao público urbano. Os resultados mostram que a renda domiciliar das famílias contempladas com o seguro previdenciário rural no Sul do país está, em média, 16% acima da renda domiciliar de famílias sem acesso aos benefícios pagos pelo INSS, sendo cerca de 35% superior no caso da região Nordeste. O acesso ao benefício previdenciário permite manter aproximadamente 85% das famílias pesquisadas na região Sul acima da condição de pobreza, tendo por base meio salário mínimo domiciliar *per capita*. Nos domicílios sem acesso aos benefícios previdenciários esse índice cai para apenas 60%, também na região Sul. *Tal situação sustenta uma avaliação positiva do programa de aposentadorias e pensões aos trabalhadores oriundos de atividades rurais*, que tem no idoso (homens com idade superior a 60 anos e mulheres maiores de 55 anos) o centro de um processo de revitalização da economia familiar rural. (grifo nosso)

⁹ Atualmente é 15 anos.

O argumento de Cardozo e Delgado é arrebatador no sentido de mostrar a importância da aposentadoria para a população que vive no campo. Prolongar a idade mínima para aposentadoria e o tempo mínimo de contribuição desconsidera as difíceis condições de trabalho dos camponeses e a sua importância para toda a sociedade, além de prejudicar a sucessão familiar e diminuir a renda das famílias. Dessa forma, não há nada de positivo nessa reforma, a qual está sendo sustentada pelas grandes corporações financeiras que veem como uma oportunidade de lucrar, precarizando a previdência pública e forçando os trabalhadores a optar pela privada. Dessa forma, concorda-se com Antunes (2017) quando diz que hoje o mundo do trabalho vive um período onde ocorre a:

“[...]terceirização nos mais diversos setores, informalidade crescente; flexibilidade ampla (que arrebenta as jornadas de trabalho, as férias, os salários); precarização, subemprego, desemprego estrutural, assédios, acidentes, mortes e suicídios. [...]”

Outra ação que traz impactos negativos para a população que vive no campo e a análise da efetividade de várias políticas públicas, são os seguidos adiamentos na realização do censo agropecuário, que deveria ter iniciado o processo de contratação em 2015, e a pesquisa a campo em 2017, mas só agora será começado todo o processo burocrático. Além dos atrasados, o IBGE anunciou que, das 80 mil vagas previstas, só 26 mil serão preenchidas. Também cortou inúmeras questões sobre a agricultura camponesa (chamada de “familiar”, no censo), agrotóxicos e etnias (TATEMOTO, 2017), sob a justificativa do orçamento ter sido cortado pela metade. Essa é mais uma tentativa de mascarar os dados que geram mais críticas ao agronegócio (setor que apoiou com veemência o golpe) e mostram a importância dos camponeses para o Brasil. Além de quebrar uma série histórica de dados que contribuiria para se fazer análises comparativas sobre a qualidade de vida e as mudanças no espaço rural brasileiro. Já se passaram 11 anos da realização do último censo e, certamente, houve muitas transformações.

Diante do que foi exposto, afirma-se que o golpe está a serviço do grande capital, o qual procura se recuperar dos impactos da crise econômica, explorando ainda mais os trabalhadores do campo e da cidade. Além de diminuir os investimentos públicos em programas sociais e direcioná-los aos setores privados. Para os camponeses, o golpe trouxe corte em políticas importantes para a sua manutenção no campo, como o próprio PAA, além do possível corte de milhares de benefícios previdenciários que podem ocorrer com a aprovação da reforma da previdência. A reforma agrária foi totalmente abandonada e fragilizada. Com isso, os camponeses sem terra terão mais dificuldade para conquistar um

“pedaço” de terra. A MP 759/2016¹⁰, enviada ao congresso pelo governo Temer e que trata da reforma agrária, é mais uma tentativa de pôr na mão dos latifundiários as terras já distribuídas, pois um dos principais pontos dessa MP é facilitar a titulação das terras dos assentados. Além disso, essa mesma MP autoriza a contratação de técnicos temporários pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, órgão público que está há anos sem realização concurso público para contratação, ou seja, o objetivo é não fortalecer a instituição para melhor atender às demandas, mas apenas acelerar a regularização. Outra medida é que, para os novos projetos de assentamentos, serão lançados editais nos municípios onde serão localizados para definir os beneficiários, levando em consideração o tempo de residência da pessoa no município e as famílias acampadas (OLIVEIRA, 2017). Essa ação é mais uma tentativa de diminuir a força dos movimentos sociais que, historicamente, lutam pela reforma agrária.

Dessa forma, é fácil concordar com Antunes quando diz que estamos vivendo um governo destrutível e terceirizado pela elite que quer impor uma agenda ultraneoliberal, que não é respaldada pelo voto popular. Assim o objetivo é “[...] privatizar tudo que ainda restar de empresa estatal, preservar os grandes interesses dominantes e destroçar os direitos do trabalho.” (ANTUNES, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

O PRONAF, apesar de ser resultado de uma luta histórica dos camponeses e, contraditoriamente, do Banco Mundial, apresenta inúmeras contradições que surgem na materialização dessa política pública, gerando, inclusive, processos de expropriação/desterritorialização, como nos casos dos endividamentos. Além disso, o programa causa a subordinação do camponês ao mercado e mudanças de práticas culturais como não proteção às sementes crioulas e redução da necessidade de mão de obra.

Outras contradições se materializam pelo seu caráter estritamente econômico e muito ligado ao mercado do agronegócio, que tem trazido resultados negativos como endividamento, perdas de terras, engessamento da produção e perda da diversidade produtiva. Outro aspecto é que a forma como está organizado, hoje, não fortalece o camponês, pelo contrário, o deixa mais vulnerável à dinâmica climática e mercadológica.

¹⁰ Criada em 22 de dezembro de 2016.

O PAA e PNAE, são políticas públicas diferenciadas e exemplares em relação à forma como são organizadas, pois geram renda direta aos camponeses. Entretanto, elas possuem grandes limites que as impedem, principalmente, de democratizar e massificar o seu acesso. Também vêm sofrendo grandes ataques e cortes no seu orçamento pelos seus resultados positivos atingidos.

A situação tornou-se pior com o avanço do impedimento da presidenta Dilma e das políticas neoliberais que ganharam força com a instalação do governo de Michel Temer, o qual já efetivou alguns cortes que atingiram diretamente os camponeses, como no próprio PAA e no censo agropecuário. E ainda ameaça cortes em outros setores, como a aposentadoria rural. Esse golpe na democracia vai continuar gerando impactos negativos nos avanços sociais conquistados por meio de muita luta. O atual governo destrutivo e terceirizado, como chama Antunes (2017), está preparado para usar a falta de apoio popular para aprovar todas as reformas aterrorizantes que a direita não tinha coragem de assumir, além de editar MPs mudando Leis e impondo novas normas sem discussão e debate com a sociedade. A realidade que está desenhada só mudará com aumento da resistência popular, a qual é a única capaz de barrar os retrocessos sociais do governo Temer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, José; THOMAZ JUNIOR, Antonio, Novo desenvolvimentismo e degradação do trabalho na UHE de Jirau (RO). In: **ANAIS XIV Jornada do Trabalho**, Ourinhos, São Paulo, 2013.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. São Paulo: Cortez, p. 35-48, 2001.

ANTUNES, Ricardo. PL 4330 institucionaliza a burla. *Jornal da Unicamp*, 11 a 17 de maio, 2015. Disponível em: http://www.unicamp.br/unicamp/sites/default/files/jornal/paginas/ju_624_paginacor_06e07_web.pdf. Acesso em: 20/03/2017.

ANTUNES, Ricardo. A devastação do trabalho na contrarrevolução de Temer, *Le Monde Diplomatique Brasil*, 27 de março, 2017. Disponível em: <http://diplomatique.org.br/a-devastacao-do-trabalho-na-contrarrevolucao-de-temer/>. Acesso em: 20/02/2017.

BITTENCOURT, Gilson Alceu; PERACI, Adoniram Sanches. A Agricultura Familiar e os programas de garantia de preços no Brasil: O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

In: SILVA, José Graziano da, DEL GROSSI, Mauro Eduardo, **Fome Zero: A experiência brasileira**; - Brasília: MDA, 2010.

CONAB, Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: resultados das ações da CONAB em 2016, 2017. Disponível em <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1402&t=2>, acesso em: 01/03/2017.

CONTAG, Contag: **Fim do MDA é esvaziar papel da agricultura familiar**, 2016. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/281151-8>, acesso em:10/06/2016.

DELGADO, Guilherme C.; CARDOSO JR, José Celso. **O idoso e a previdência rural no Brasil: a experiência recente da universalização**. 1999. Disponível em http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Arq_17_Cap_09.pdf acesso em: 01/03/2017.

DELGADO, Guilherme Costa, A questão agrária e o agronegócio no Brasil, In: Carter, Miguel, **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. – São Paulo: Editora UNESP, 2010. 564p.

DELGADO, Guilherme Costa, **Relatório de avaliação do PAA: Síntese**. 2013. Disponível em: <https://xa.yimg.com/kq/.../2013+maio+avaliacao+PAA+Guilherme+Delgado.pdf>, acesso em: 20/02/2016.

DELGADO, Nelson Giordano. Agronegócio e agricultura familiar no brasil: desafios para a transformação democrática do meio rural. **REVISTA NOVOS CADERNOS NAEA**, Vol. 15, Nº1, 2012.

DELGADO, Nelson; LEITE Sergio Pereira; WESZ, V. Junior. "Nota técnica sobre financiamento rural no Brasil." Rio de Janeiro: Observatório para Políticas Públicas para a Agricultura (2011), disponível em: http://mapasocial.reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2012/05/nota_financiamento_rural_ufrrj.pdf, acesso em: 20/03/2016.

DIEESE; CUT, **Terceirização e desenvolvimento: uma conta que não fecha: dossiê acerca do impacto da terceirização sobre os trabalhadores e propostas para garantir a igualdade de direitos**, 2014. 56 p. Disponível em: <https://www.cut.org.br/system/uploads/ck/files/Dossie-Terceirizacao-e-Desenvolvimento.pdf>, acesso em:01/03/2017.

FUJII, Nelson Yassuo. **Crédito PRONAF e Sustentabilidade em Pitanga – Paraná**. Especialização em administração, Porto Alegre: Escola de Administração, UFRGS, 2009.

GONÇALVES, Reinaldo, Novo Desenvolvimentismo e Liberalismo Enraizado. **Rev. Serviço Social**. São Paulo, n. 112, p. 637-671, 2012.

HARVEY, David. Neoliberalismo como destruição criativa. **InterfacEHS-Revista de Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade**, v. 2, n. 4, 2011.

INSTITUTO CIDADANIA, Projeto Fome Zero: Uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil. In: In: SILVA, José Graziano da, DEL GROSSI, Mauro Eduardo, **Fome Zero: A experiência brasileira**; - Brasília: MDA, 2010.

KLIASS Paulo, Las (in)definiciones de Temer, In: ANDERSON Perry et al. **Golpe en Brasil: genealogía de una farsa**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Buenos Aires: Fundación Octubre; Buenos. 1a ed. Aires: UMET, Universidad Metropolitana para la Educación y el Trabajo, 2016.

JORNAL PARANÁ CENTRO, **Prazo para renegociação de dívidas do Pronaf**, 2009. Disponível em: <<http://www.paranacentro.com.br/noticia.php?idInsercao=668>>. Acesso em: 04/01/2015.

LÓPEZ, Francisco Segrera. **América Latina: crisis del posneoliberalismo y ascenso de la nueva derecha**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO - 1a ed., 2016.

OLIVEIRA, Almir, Almeida de, Observação e entrevista em pesquisa qualitativa, **REVISTA FACEVV**, Vila Velha, Número 4, 2010. p. 22-27.

OLIVEIRA, Cida, Governo Temer acelera agenda da MP que enterra reforma agrária, *Rede RBA Atual*, 24 de março, 2017. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2017/03/governo-temer-vai-contratar-forca-tarefa-para-cumprir-agenda-da-mp-que-enterra-a-reforma-agraria>. Acesso em: 25/03/2017.

ORTEZ, E.E.; SCRIBANO A. El proces metodológico de la investigacion cualitativa. IN: SCRIBANO, Adrián. **El proceso de investigación social cualitativo**, Buenos Aires: Prometeo, 2008.

PAULA, Adriano Makuxde, **Faces da expropriação e da desterritorialização camponesa em Pitanga- PR/–2015**, 309f. Dissertação (Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-graduação em Geografia), Curitiba.

PLEIN, Clério. **Os mercados da pobreza ou a pobreza dos mercados? As instituições no processo de mercantilização da agricultura familiar na microrregião de Pitanga, Paraná**, Tese (doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2012, pp.266.

- RAMOS, Eraldo da Silva Filho. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato**. Revista NERA – Ano 8, Nº. 6, 2005, p.46-58.
- SADER, Emir, A construção da hegemonia pós-neoliberal, In: SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma** - São Paulo, SP: Boitempo,2013.
- KLIASS, Paulo, Las (in)defniciones de Temer In: PERRY Anderson et al. **Golpe en Brasil: genealogía de una farsa**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Fundación Octubre, p.213, 2016.
- WALLERSTEIN Immanuel ¿Golpe de Estado o fiasco? In: PERRY Anderson et al. **Golpe en Brasil: genealogía de una farsa**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Fundación Octubre, p.213, 2016.
- SAMPAIO, Plínio de Arruda Jr., **Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa**, SERV. SOC. SOC., São Paulo, n. 112, p. 637-671, out./dez. 2012.
- TAKAGI, Maya, A implantação do Programa Fome Zero em 2003, In: SILVA, José Graziano da, DEL GROSSI, Mauro Eduardo, **Fome Zero: A experiência brasileira**; - Brasília: MDA, 2010.
- STÉDILE, João Pedro, Los golpistas mostraron a qué vinieron. In: PERRY Anderson et al. **Golpe en Brasil: genealogía de una farsa**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Fundación Octubre, p.213, 2016.
- TATEMOTO, Rafael, Atrasado, Censo Agropecuário corta questões relacionadas à agricultura familiar, *Jornal Brasil de Fato*, 28 de março, 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/03/28/atrasado-censo-agropecuario-corta-questoes-relacionadas-a-agricultura-familiar/>. Acesso em: 29/03/2017.
- TOLENTINO, Michell Leonard Duarte de Lima, **O (DES) ENVOLVIMENTO NO PRONAF: as contradições entre as representações hegemônicas e os usos dos camponeses** – Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013, pp. 244.

Submetido em: 14 de janeiro de 2017

Aceito em: 30 de março de 2017